

Um acordo em favor do Brasil

9661 100 22

Ontem comentávamos aqui as advertências que estão sendo feitas por analistas e consultores de empresas a respeito dos obstáculos para uma retomada firme e sustentada do crescimento econômico, agora que a inflação se encontra num curso decididamente declinante.

Num amplo leque de opiniões por nós descritas, e até mesmo na opinião de autoridades do Banco Central, o equacionamento e a redução do problema dos déficits do setor público entram como o fator mais limitativo do potencial de crescimento que a economia brasileira inegavelmente possui.

Dissemos também que, atualmente, qualquer redução significativa desse obstáculo depende mais dos estados e municípios do que do governo federal, o que amplia as dificuldades políticas e exige maior esforço de articulação e coordenação.

Nesse contexto, torna-se necessário analisar a atitude de um grupo de governadores de estados que encaminharam diretamente ao Congresso Nacional um elenco de propostas destinadas, de um lado, a equacionar com clareza o problema das suas dívidas com o governo federal e, de outro, a permitir a eles melhores disponibilidades para investimentos públicos em suas esferas administrativas. Ao que parece, desanimados de chegar a um acordo satisfatório com os escalões técnicos da esfera federal, esses governadores dirigiram-se à instância política maior da Nação, que é o Congresso, no sentido de obter uma solução institucional que encerre

essa pendência e lhes permita administrar seus estados sem as peias do passado.

Seja qual for o mérito técnico e o alcance político das propostas que fizeram, e que divulgamos em nossa edição de ontem, uma coisa precisa ficar clara na cabeça de todos os parlamentares e dos próprios governadores: todo o setor público brasileiro, em suas três esferas, e com exceção de apenas alguns municípios, está virtualmente falido. De modo que a solução política e institucional

A proposta dos governadores pode dar início a uma importante reforma dos costumes políticos

na ser buscada não poderá distribuir benesses e riquezas inexistentes, mas sim encontrar a melhor fórmula de distribuir equitativa e proporcionalmente a escassez de recursos fiscais e de passivos acumulados. A própria estabilidade monetária, que tem gerado benefícios para a maioria da população, e que os próprios governadores consideram inatacável, gerou também o imperativo de orçamentos equilibrados e austeros. Tentar fugir disso é querer descobrir a quadratura do círculo com o único resultado indesejável de retornarmos ao regime de inflação galopante.

Todos sabemos que os atuais governantes não são os responsáveis pelos desmandos acumulados, assim como o governo federal. Não têm culpa, por exemplo, pelo rombo nas finanças públicas derivado dos famosos “direitos adquiridos”, instituto jurídico que é um dos alicerces

dos regimes democráticos no mundo, mas que no Brasil, em muitos casos, se transformou exoticamente, por desídia de sucessivos governos, em “privilégios exacerbados”.

O esforço para eliminação de tais desvios tem, portanto, que ser uma bandeira dos integrantes de todos os poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Mais que isso, o grande acordo a ser alcançado, agora no mais alto nível político, precisa prover mecanismos legais e institucionais que impeçam definitivamente a repetição das práticas demagógicas e insensatas que estão na origem do descalabro a que chegaram as finanças públicas neste país.

Não vemos, na atitude dos governadores, como alguns analistas estão comentando, um desafio ao governo federal ou uma tentativa de “enquadrar” o presidente Fernando Henrique. Preferimos vislumbrar aí excelente oportunidade para uma verdadeira reforma modernizante do Estado, como instituição, e dos costumes políticos mais rasteiros. O teor das propostas apresentadas pelos governadores mostra que eles não estão tentando escapar da austeridade, mas sim reduzir sua dose e distribuí-la no tempo. É compreensível que se recusem, como disse o governador do Distrito Federal, a esgotar seus mandatos gerenciando a folha de pagamentos e as dívidas acumuladas. Até porque isso acabaria por destruir de vez o pouco que resta de serviços prestados pelos governos à população. Há, portanto, terreno para negociação, que esperamos se conclua de maneira rápida e construtiva para todos nós. ■